PREFÁCIO AO TERCEIRO VOLUME DA REVISTA DIÁLOGOS, NÚMERO 4: “O ALIENISTA”

Ângela Kretschmann¹

A publicação da Revista Diálogos (v. 3, n. 4) apresenta neste primeiro volume de 2013 um intenso diálogo inspirado na obra *O Alienista*, de Machado de Assis. A obra permite as mais variadas comparações, que longe de parecerem forçadas, revelam-se antes como instrumento extremamente útil de crítica atual do *status quo*, nas mais variadas disciplinas. Com base no texto machadiano, é possível transpor para a Casa de Orates o nosso Direito Processual, nossos Direitos Humanos, nossa Política, nossos direitos de autor, nosso direito penal, e todos os outros, pois se para alguma área o texto não admite inserção, certamente clarifica mazelas que muitas vezes insistem em uma legitimação “racional”, que na realidade, nos dias de hoje, não mais se justifica. Os textos que seguem esclarecem muito bem essa questão. De um modo ou de outro, todos chegam a atacar os excessos da racionalidade e os perigos de se eleger um padrão “racional” que possa dirigir o “certo” e expulsar o “errado”.

A Revista é lançada em um momento de grande importância histórica para o Brasil. Num momento em que o Brasil resolveu, por meio de grande parte da população, ir para as ruas em todo o país e inclusive no exterior, manifestando seu desagrado por tantas décadas de maus serviços públicos prestados pelos governantes. Vê-se uma gradual e subliminar legitimação da roubalheira, da corrupção, que com o tempo foi, lamentavelmente, tornando-se ostensiva. Foi demais para um povo cansado, sofrido, e que tem sim, quem disse que não, orgulho de ser brasileiro.

¹ Pós-doutora pela Universidade de Münster, junto ao *Institut für Informations-, Telekommunikations- und Medienrecht* (2011), Doutora em Direito (UNISINOS, 2006); Mestre em Direito (PUC/RS, 1999), Professora de Direito da Propriedade Intelectual, Unisinos, e CESUCA. Coordenadora do Curso de Direito (Cesuca). Professora dos Cursos de Pós-Graduação em Direito, Mercado e Economia (PUC/RS) e Direito da Propriedade Intelectual (PUC/RS). Membro da CEPI (Comissão Especial da Propriedade Intelectual da OAB/RS), integrante da ABAPI (Associação Brasileira de Agentes da Propriedade Industrial).

Por tudo isso, essa é uma edição que também presta homenagem a um Brasil que se “não acorda porque não estava dormindo”, é de todo modo um Brasil que se movimenta, que discute, critica, e que não aceita os “diagnósticos” e remedinhos que sempre foram empurrados de cima para baixo. O Brasil diz “chega!” justamente no momento em que os políticos (todos! - homens e mulheres que devem responder ao povo, desde vereadores, prefeitos, governadores, secretários, deputados, ministros, senadores e à Presidente) acreditavam que o povo comemoraria com a Copa. Quem diria que o povo iria às ruas dizer que basta de “pão” (bolsas de todos os tipos) e “circo” (hospitais, e não mais estádios!).

Um hospital, mas não com médicos como o Dr. Simão Bacamarte – e nem um hospital como o que foi proposto pelo personagem de Machado de Assis! Na realidade, o que vemos é um povo gritando para que se coloque todo político numa Casa de Orates, e que se deixe o povo livre para contar suas mágoas. Livre para construir verdadeiramente seu futuro, livre principalmente de falsos profetas, falsas promessas, falsas imagens, falsas verdades. A presente obra gira, pois, em meio a tais protestos, sobre muitas falsas verdades, que merecem desvelamento.

O primeiro texto escolhido para compor a obra é do prof. Renato Selayaram, justamente porque revela o quanto o texto é um meio de reflexão que não se restringe a uma paródia do cientificismo do século XIX, que pretendia uma solução para a loucura. A cura estava relacionada à exclusão – e esta, para ser justificável, teve que vir amparada em um discurso científico que em geral, ocultava interesses privados e bem particulares.

O texto ainda vem ressaltar o sarcasmo, humor e ironia que são utilizados pelo autor para escapar das amarras do Estado e dos paradigmas vigentes de sua época, em especial a política e a religião. O Professor Renato consegue trazer para o texto detalhes da paródia, e como já naquela época Machado de Assis assegurou uma crítica radical aos valores vigentes e a suposta legitimidade das instituições – pois os fins estão geralmente encobertos e as alianças realizadas em prol do poder escamoteiam a verdade das intenções dos representantes.

O segundo texto, dos autores Emerson de Lima Pinto e Joseane Mariele Schuck Pinto, “O Alienista e a Loucura”, destacando que foi especialmente a partir da década de

1970 que a saúde mental passou a ser preocupação no Brasil, pois denúncias envolvendo violação a direitos humanos surgiram, gerando um movimento social. Pessoas com histórico de internações, trabalhadores integrantes do movimento sanitário, sindicalistas, associações de familiares, entre outros, em prol da defesa dos direitos destes pacientes. Os autores lançam mão, então, das ideias de Quine e autores que pertenceram ao seu percurso reflexivo sobre o empirismo nas ciências naturais e seu processo de construção do objeto científico. Os autores do artigo destacam, assim, os modos como não apenas Quine, mas também Kraft e Karl Popper questionam o empirismo das ciências e a própria certeza que elas buscam alcançar.

A relação que os autores fazem com o Dr. Bacamarte de Machado de Assis é brilhante, pois é justamente através do método empírico que o médico separa as pessoas na Casa Verde, com o fim de melhor analisar as patologias e demências. Os autores buscam em Karl Popper o auxílio para a crítica e advertência sobre o perigo do dogmatismo e possibilidade de sua regressão infinita. Com Quine, chamam atenção para o fato da incerteza de uma percepção, no que tange aos enunciados teóricos, não são redutíveis a um conjunto de enunciados observacionais – não é possível apontar quais enunciados são afetados por mudança de valores, mesmo de enunciados observacionais, pois várias hipóteses podem explicar os mesmos fatos... daí a crítica de Quine ao empirismo revelar-se ainda mais intensa, mas a introdução do enunciado observacional visa evitar excesso de ceticismo quanto a verdade. Quine aparece, então, como que perscrutando a novela machadiana, na medida em que essa dificuldade dos enunciados observacionais se refletem na reviravolta do diagnóstico que ocorre na Casa Verde. E a ciência pura ali revela-se um perigo para a humanidade. Já Kraft vai argumentar que é apenas através de uma regularidade nos fatos que se podem aceitar os enunciados de vivência da teoria empirista, após sua comprovação pela experiência. Os autores demonstram assim, com uma análise que passa por Quine, Popper e Kraft, que o mérito de toda busca de segurança e certeza científica revela-se descontrolado na pequena Itaguaí.

O texto da professora Ana Luíza Júlio chama atenção para as armadilhas sociais que constroem formas de exclusão, em geral de forma muito sutil. A autora chama de descaminhos o percurso atravessado por longa parte da história da saúde mental até os

nossos dias, e chama atenção para o fato de que o texto de Machado de Assis já no século XIX demonstrava o exercício do poder e seus mecanismos de exclusão, sugerindo que o próprio autor tenha se inspirado em seu próprio sentido de exclusão, projetando experiências pessoais na construção de sua obra literária. Afinal, o autor é claro quando demonstra, de forma, como diz a autora Ana Júlio, de forma inclusive hilária, como em nome da ciência roubou-se a liberdade, e como em nome da ciência homens e mulheres sofreram discriminação e preconceito. Onde aquele que protestava, era insano, demente, deveria ser internado na Casa Verde. Ao final, destaca o quanto ocorreram mudanças a partir da década de 1990, através do trabalho de vários profissionais da área da saúde mental, só a partir dali sendo efetivamente derrubados os muros das casas de internação.

As professoras Jaqueline Mielke da Silva e Clarissa Santos Lucena também brindam a revista questionando o poder das teorias científicas evolucionistas, positivistas e sócio-darwinistas trazidas da Europa no final do século XIX, que influenciaram não apenas Machado de Assis como todo o Direito Processual Civil da modernidade. Destacam como o paradigma cientificista é insuficiente para solucionar problemas pós-modernos, assim como a solução buscada por Simão Bacamarte foi, além de radical, insuficiente, o que levou o médico a repensar a solução e o que levou também os processualistas a reverem o paradigma cientificista aplicado desajeitadamente ao direito. As autoras destacam com muita lucidez que a temática do “Alienista” conduz a uma reflexão infinita – pode-se dizer, sempre atual – sobre os limites da insanidade e da razão, e que o uso da questão da loucura como questão central traz novas possibilidades de estudo, destacando “rituais de subserviência, bajulação e clientelismo do Brasil do século XIX”, onde o ser humano passa a ser parte de um sistema, e sujeito de um jogo das relações sociais, e inclusive objeto de um direito que passou a se adaptar a exigências de cientificidade, em especial, a neutralidade científicas.

O artigo de Oscar Morency Otto Martins e Paula de Jesus Martins enfrenta a evolução no último século sobre a disciplina normativa sobre a internação involuntária em clínica psiquiátrica, intercalando a análise jurídica que permite o ato de privação da liberdade com os indicativos da literatura médica, analisando as mudanças que ocorreram recentemente em relação ao modo de se conceber e tratar a doença mental. Como destacam seus autores, “o eixo central desta trama é exatamente a linha divisória

entre a sanidade psíquica e a possibilidade de manutenção e adequação no convívio social”. É impressionante constatar que o retorno dos “doentes” às famílias restou frustrado, após longos anos de silêncio em relação ao tema, após uma grande pressão para que finalmente, nos anos 1990 os doentes mentais saíssem das internações, devido à inexistência de vínculo que permitisse o retorno do indivíduo ao seu lar.

O interessante é que a internação compulsória passou a ser novamente um tema central na atualidade, em função do alto número de dependentes químicos de drogas de alto poder de dependência. Volta-se novamente para a discussão do tratamento clínico dos doentes mentais, e os diagnósticos da doença. Os autores ressaltam que a Associação Americana de Psiquiatria é responsável pela publicação de manual que classifica as desordens de ordem psiquiátrica, que é utilizado e serve de orientação para a maioria dos outros países, inclusive o Brasil. O DSM – *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorder*, que foi publicado pela primeira vez em 1952, e está sendo publicado em 2013 em sua 5ª edição. A discussão travada pelos autores é de grande relevância, uma vez que traz novamente para o centro do debate uma questão que parecia superada, mas agora, retorna com nova roupagem, e no contexto de uma nova realidade social.

O artigo de Guilherme de Oliveira Feldens destaca que, se por um lado uma primeira leitura do texto “O alienista” pode levar o leitor para o tema da “loucura”, ou para a crítica da pretensão racionalista e cientificista da modernidade, por outro lado uma leitura mais atenta também traz outros questionamentos, envolvendo um caráter ético e político e que traz para o debate a questão do poder, do positivismo, da imparcialidade, da responsabilidade moral e da justiça. Para o autor, os objetos centrais da trama não são os “loucos”, mas sim o “poder” que produz a “loucura”, materializado no médico Simão Bacamarte. Com essa atenção, volta-se o autor para a análise de um critério de justiça calcado no “indecifrável”, que fundamente uma responsabilidade ética de quem decide. Assim torna possível o surgimento da Justiça como resposta a questões concretas, buscando distância das abstrações modernas e considerando que a verdadeira justiça “não se preocupa tanto com a aplicação abstrata de um procedimento racional, mas busca responder aos casos concretos de sofrimento, dando mais ênfase a uma responsabilidade ética.”

A seguir, os autores Daniel Achutti e Marco Antônio de Abreu Scapini chamam atenção para o punitivismo contemporâneo, chamando atenção para a violência performática do Direito, enfrentando a relação entre a Casa Verde, de *O Alienista*, de Machado de Assis, e o fenômeno do hiperencarceramento brasileiro, sugerindo a necessidade de rompimento com a lógica que estrutura o sistema penal, com instituição da justiça restaurativa como política criminal a romper com o punitivismo contemporâneo, a partir das contundentes críticas do abolicionismo penal.

Leonel Pires Ohlweiler e Roberta Magalhães Gubert decidiram investigar juntos, através do texto, problemas decorrentes de uma visão dogmatista da prática jurídica brasileira, indicando a necessidade de um rompimento com o senso comum teórico a partir de Hans Georg Gadamer. Sem dúvida, com o apoio gadameriano, a crítica à “verdade científica” torna-se contundente. Observam que o grande desafio para o jurista contemporâneo, é o de laborar com a dogmática jurídica sem cair no dogmatismo. Para isso partem da proposta de *fusão de horizontes*, a partir da qual a compreensão é sempre histórica, de modo que elementos que chegam da tradição não devem ser simplesmente ignorados.

Há um jurista, intérprete, e há uma tradição. Um intérprete que não está fora dessa tradição, e necessita manter com ela uma postura dialógica – a dogmática surge como um dado conjunto de significações construído pelo sentido comum. Os autores refletem no sentido daqueles que estão mergulhados no senso comum, a perceber os entes jurídicos distantes da realidade, como se não fossem seres humanos – e o humano, é um ser histórico. Aí que Machado de Assis nos traz mais essa lição, pois para o operador do direito que atua ainda sob um paradigma formalista e dogmático torna-se difícil a compreensão de um ordenamento constitucional pátrio, sendo difícil diagnosticar certos problemas e elaborar soluções. Assim elaboram os autores também uma crítica aos juízes que, fruto desse contexto, acreditam que um ativismo judicial pode ser uma forma de contribuição para a transformação social, diagnosticando e sugerindo remédios que são antiquados, nos moldes da filosofia da consciência, alheios, portanto, aos riscos e danos causados ao ordenamento jurídico brasileiro e à efetivação do Estado Democrático.

O Professor Manuel David Masseno traz-nos notícias do além mar, em especial aceitando a proposta de escrever em conjunto, artigo que ilustra o “Alienista” no contexto do Direito de Autor brasileiro e europeu. O artigo propõe demonstrar, a partir do diálogo entre Direito e Literatura, o quanto as aproximações são saudáveis para destacar muitas vezes paradigmas que merecem ser reavaliados.

Se é verdade que muitas áreas do Direito se mostraram refratárias ao pensamento pós-moderno e a visão de um sistema aberto, constata-se que o Direito de Autor (e na realidade a propriedade intelectual em geral) mostrou-se ainda mais inamovível em seus princípios e fundamentos que foram construídos dentro de um determinado contexto social, econômico, político e científico, e, portanto, tanto quanto qualquer outra área do direito, merecem reflexão crítica e abertura para as mudanças. Porém, o pêndulo está em movimento e novos equilíbrios entre os interesses de autores, editores e consumidores de conteúdos protegidos pelos direitos de propriedade intelectual já podem ser perspectivados, mesmo para o curto prazo, como se procura demonstrar a partir dos novos Documentos da União Europeia.

A professora Fabiane Simioni enfrenta, a partir da novela de Machado de Assis, a questão da discriminação que às vezes nos parece eterna entre os seres humanos. Logo de início, questiona: “somente na ficção as mulheres que não tem filhos ou filhas são percebidas como loucas?” Observa com acuidade que houve e ainda há certo constrangimento nas classes populares, onde a ausência de filhos ou filhas enseja um “comprometimento de ordem moral que atinge as identidades masculina e feminina.” Nesse aspecto, chega a autora a questão de grande relevância e debate na atualidade: o acesso das pessoas às práticas médicas de reprodução assistida, envolvendo desde a possibilidade de acesso para pessoas ou casais homossexuais.

As Autoras Caroline Viera e Mariana Scorum Inário elaboram um diálogo entre *O Alienista*, de Machado de Assis e as práticas verificadas nos juizados da infância e da juventude no Brasil, comparando os atos de Simão Bacamarte, e o juiz, ao apreciar processo de apuração de ato infracional. Analisam, assim, a aplicação da medida socioeducativa de internação vem sendo aplicada de forma massiva, com apoio na naturalização do comportamento criminoso. Lembram que o ser humano restou objetificado nas mãos do médico Simão, que reduziu os pacientes a certas categorias

psicológicas, legitimando seu ato pelo discurso científico. Já o juiz da infância, entendem, aproxima-se do Alienista de Machado de Assis, pois inclusive as sentenças têm visado a internação como primeiro recurso, ignorando a necessária excepcionalidade de sua aplicação. As autoras apontam aqui que o ato busca legitimar-se pelo discurso, partindo do pressuposto de que a medida socioeducativa deva cumprir um papel formador do homem, e analisam os resultados dessas ações para a família, para a escola, para a sociedade, uma vez que o ato atinge diretamente também os demais papéis sociais. Vale a pena ler até o final o texto das autoras, para verificar o que sugerem nesse caso em que comparam a situação da cidade – e do Médico – com a situação do Juizado de Infância.

O professor Rogério Moreira Lins Pastl apresenta algumas considerações acerca dos princípios do acesso à justiça e do devido processo legal, tendo como pano de fundo o enredo e ambientação da obra “O Alienista”, sublinhando que um dos desafios que o texto impõe ao leitor diz respeito à forma como estas pessoas eram “internadas ou hospedadas na Casa Verde”, trazendo, ainda, a realidade das internações involuntárias dos usuários de entorpecentes.

O prof. Celso Nunes da Conceição estabelece um paralelo da obra de Machado de Assis, “O Alienista”, com o Acordo Ortográfico de 2009, da Academia Brasileira de Letras – ABL. Busca sinalizar o sentido do que denomina de uma total falta de sentido da proposta de Acordo que a ABL pretende colocar a todos. Assim como é válido questionar as razões da “alienação” da obra de Machado de Assis, também é válido questionar até que ponto a proposta da ABL, considerando a notável diferença entre um “acordo” e uma “reforma” trata-se de uma cura ou de uma demência.

O prof. Ney Wiedemann Neto nos traz logo de início um excelente texto onde inicialmente apresenta ao leitor a possibilidade de reviver a obra em um breve e magistral resumo. Indica que o longo do texto o Doutor Barcamarte procura colocar em prática pelo menos 4 teorias, e depois de descartar uma a uma, acaba ele próprio então internando-se na Casa Verde. Isso permite a Machado de Assis, observa o nosso autor, chamar a atenção para a relatividade da ciência, pois já na aplicação da segunda teoria determinou a soltura de todos os internados, considerados loucos, da Casa Verde. E por fim, o padrão da internação é o que sugeria aos moradores um determinado comportamento. Mas como a teoria costumava mudar, deveriam então estar atentos,

portanto, não a uma ética geral, ou a uma lei, mas a uma determinada concepção de normalidade estabelecida por um único sujeito capaz de convencer a todos de suas certezas – que enfim, eram bem incertas. O autor ingressa então nessa questão que vale a pena investigar, sobre o poder da argumentação e da concepção de Verdade.

O texto dos professores José Antônio Gerzson Linck e Alexandre Costi Pandolfo parece transitar entre uma poesia irônica, e uma narrativa quase antropofágica, de uma profundidade alucinante. Destacam ainda que o livro é de Machado de Assis, mas a leitura também pode ser kafkiana. De todos, certamente seriam os primeiros a serem recolhidos à Casa Verde, e os primeiros a serem dela libertados, pelo visto. Afirmam, por exemplo, que o *homo medicus* dessa narrativa, o Dr. Bacamarte, pode ser chamado hoje de o grande homem médio, e é quem ocupa o lugar central na organização da loucura.

Curas verdadeiras dirigidas a falsas doenças, e curas falsas para verdadeiras patologia são compartilhadas com a encenação da justiça e organização do estado das coisas em Itaguaí, e pergunta: “O que fazer o Doutor com os desejos, depois do rompimento da corda esticada que delimitava a altura da normalidade? Como escolher caminhos com a queda das placas que sinalizavam a direção correta dos corretos prazeres? Como saber se é conhecimento aquilo que se sabe sem a delimitação do que é não-saber? O saber do sujeito sobre ele mesmo é sempre resistência-fenômeno ao saber do poder sobre o sujeito.” E finalmente, enterrando-se e libertando-se, afirmam que o último testemunho da vitalidade do Doutor mostrou que em nome da saúde e da ciência a ela se entregou em nome do sofrimento em si. Que lições os autores trazem com a releitura do Alienista, é algo que vale a pena ser descoberto pela leitura do texto, e de cada um dos textos que agora foram apresentados.

Com absoluta certeza – não obstante toda a certeza ter sido questionada – é possível dizer que uma visita ao presente volume, vale a pena. Não se podem garantir as emoções, pois estas serão pessoais, mas é possível indicar que a riqueza do presente volume poderá ser constatada, experimentada, de modo bastante pessoal, por cada leitor. E é assim que todos são convidados para o diálogo que a obra oferece.